

## O Subdesenvolvimento Furtadiano Revisitado na Quadra Histórica do Brasil Contemporâneo

Revisiting the Furtadian Underdevelopment in the Historical Context of Contemporary Brazil

Matheus Avila <sup>1</sup>

Niemeyer Almeida Filho <sup>2</sup>

**Resumo:** Após a derrocada do desenvolvimentismo nos anos 1980 e o esvaziamento desse debate no Brasil, além dos retrocessos sociais verificados no país nas últimas três décadas, percebemos a importância de voltarmos a debater sobre o desenvolvimento no Brasil contemporâneo para o avanço da história do pensamento econômico brasileiro. O objetivo deste trabalho, portanto, é o de retomar o debate sobre o subdesenvolvimento brasileiro recolocando-o evidenciando o aspecto político, cultural e civilizatório, conforme as contribuições teóricas de Celso Furtado. Também se pretende, com este texto, incentivar a saída do atual estado de inércia do pensamento econômico brasileiro em relação ao seu principal fio condutor, o subdesenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Subdesenvolvimento; Celso Furtado.

**Classificação JEL:** B52; B29; A12; N16.

**Abstract:** After the downfall of developmentalism in the 1980s and the fading of this debate in Brazil, along with the social setbacks witnessed in the country over the last three decades, we perceive the importance of returning to discuss development in contemporary Brazil for the advancement of the history of Brazilian economic thought. The objective of this work, therefore, is to resume the debate on Brazilian underdevelopment, highlighting its political, cultural, and civilizational aspects. This text also aims to encourage the departure from the current state of inertia of Brazilian economic thought regarding its main guiding thread, underdevelopment.

**Keywords:** Development; Underdevelopment; Celso Furtado.

**JEL Classification:** B52; B29; A12; N16.

<sup>1</sup> Mestre, Doutorando em Economia e bolsista CAPES pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU). Coordenador-geral da Associação de pós-graduandos da Universidade Federal de Uberlândia (APG/UFU) e Diretor de Extensão e Territórios da Associação Nacional de pós-graduandos (ANPG). E-mail: matheus.franklin@ufu.br.

<sup>2</sup> Professor voluntário no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: nafilho@gmail.com.

## 1. Introdução

A ideia de subdesenvolvimento foi difundida por Prebisch a partir do relatório feito sob sua coordenação e orientação teórica para justificar a transformação da então comissão econômica emergencial para a América Latina em Comissão Permanente. Este relatório ficou conhecido como o Manifesto de Criação da CEPAL e tem como título Estudo Econômico da América Latina (1949). A CEPAL havia sido criada em 1948, como uma das três comissões emergenciais destinadas a dar sustentação às ações políticas de reconstrução das regiões afetadas pela II Guerra Mundial.

Desde o período da guerra, havia uma discussão em curso a respeito da natureza do desenvolvimento capitalista e das ações a serem empreendidas para seu fortalecimento como ordem social mundial. Não há como dissociar essa discussão da Revolução Russa de 1917 e da ascensão do comunismo desde então. Após a revolução, houve um período de guerra civil superado em 1922, com a criação da URSS. Daí em diante, estabeleceu-se o primeiro Estado Socialista do mundo, portanto, o embrião de uma ordem alternativa ao capitalismo. A participação da URSS no esforço de guerra para derrotar a tríade – Alemanha, Itália e Japão – não foi suficiente para superar a tensão geopolítica da emergência de uma potência rival aos EUA. O término da guerra e a divisão de espaços de influência dos EUA e URSS potencializou essa tensão, culminando com o estopim da Guerra Fria em 1947 (Almeida Filho, 2024).

O uso do conceito de subdesenvolvimento no Manifesto da CEPAL foi feito para destacar a heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento capitalista que se podia verificar ao final dos anos 1940. Desde 1943, com a publicação do artigo de Rosentein-Rodan, havia um sentimento político de políticas de aceleração do desenvolvimento deveriam ser pensadas. No bojo de trabalhos seminais dessa temática, a problemática do desenvolvimento era vista como marcadamente nacional, um problema de cada uma das economias e para o qual era possível um conjunto de ações de aceleração.

A abordagem de Prebisch e da CEPAL guardava especificidade, pois remetia o tema do desenvolvimento para o nível global, tratando da divisão internacional do trabalho (DIT) que podia ser percebida nos anos 1940. O Manifesto considerava que as políticas de desenvolvimento não teriam efetividade se não se enfrentasse a especialização produtiva dos países considerados já desenvolvidos em relação àqueles ainda incipientes. Para enfatizar o argumento, caracterizava esses últimos como países subdesenvolvidos. A partir daí o termo subdesenvolvimento ganhou status de conceito teórico, ainda que o Banco Mundial precocemente não o utilizasse, optando pela denominação de países em desenvolvimento. Dos diversos autores cepalinos que se valeram do conceito de subdesenvolvimento, Celso Furtado destacou-se pela qualidade e alcance de suas contribuições, incluída a sua militância política, para além da acadêmica. Ainda assim, por razões de contexto histórico, tanto brasileiro quanto internacional, o conceito foi relegado a partir dos anos 1970.

A partir de então, em contexto de emergência da globalização, da financeirização e do neoliberalismo, a teoria desenvolvimentista entra em crise. Já nos anos 2000 há um

ensaio de retomada do debate do desenvolvimento a partir dos aportes e contribuições novo-desenvolvimentistas, característicos do debate na contemporaneidade da economia brasileira para a superação do subdesenvolvimento e como alternativa ao neoliberalismo. Mas, percebemos que no Brasil contemporâneo o conceito de desenvolvimento parece estar difuso na teoria e no debate econômico, por não ser pautado em termos estruturantes.

A tese preliminar é que parte dos elementos abrangidos pelo conceito foram relegados, sobretudo aqueles que eram de contribuição exclusiva de Furtado. As razões para isto podem ser encontradas no debate sobre estagnação que ocorreu na década de 1960 no Brasil, e o aumento da importância internacional do Banco Mundial, que projetou seus conceitos e suas ações, além do debate sobre a questão da desigualdade nos anos 1970. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é o de retomar o debate sobre o subdesenvolvimento brasileiro recolocando-o evidenciando o aspecto político, cultural e civilizatório. Também se pretende, com este texto, incentivar a saída do atual estado de inércia do pensamento econômico brasileiro em relação ao seu principal fio condutor, o subdesenvolvimento.

O artigo está organizado da seguinte forma: na segunda seção, recuperamos os elementos históricos e teóricos que deram sustentação à emergência do conceito de subdesenvolvimento na América Latina e Brasil, baseadas nas contribuições de Celso Furtado. Na terceira seção, tratamos do debate sobre desenvolvimento se modificou a partir da década de 1970 e a sua imprecisão para o Brasil contemporâneo. Na quarta seção, tratamos do debate sobre o subdesenvolvimento e do levantamento dos temas que ficaram fora do debate político, traçando, a partir da teoria proposta por Celso Furtado, elementos que nos confere bases para retomada de uma construção teórica acerca do subdesenvolvimento no Brasil contemporâneo. Por último, fazemos uma síntese dos argumentos e a formulação da hipótese de que há elementos, propostos pela nossa interpretação, no conceito do subdesenvolvimento que persistem na atual quadra histórica.

## **2. A evolução dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento para o Brasil e América Latina na abordagem histórico-estrutural**

Em um contexto em que a América Latina e o Brasil passaram a ter ambiente propício para consolidar um pensamento econômico próprio, tendo em vista as transformações sociais vivenciadas na região com o avanço da industrialização no pós-guerra, o ideário do desenvolvimento passa a ganhar protagonismo no pensamento econômico nacional, na tentativa de buscar, a partir das particularidades do Brasil, caminhos para o progresso. O estudo do desenvolvimento e subdesenvolvimento, portanto, se coloca como o principal organizador do pensamento econômico do país, e as discussões travadas ao longo da história estão engajadas politicamente e inseridas em contextos históricos diversos (Malta *et al.*, 2011).

A construção de um pensamento econômico brasileiro teve como seu grande proeminente e protagonista Celso Furtado, cuja compreensão do desenvolvimento foi influenciada pelas rápidas mudanças vividas entre as décadas de 1950 e 1960, inclusive

pelo fato de o autor compor, a partir da década de 1950, ativamente o debate econômico tanto dentro da CEPAL, quanto ocupando cargos estratégicos dentro do governo brasileiro<sup>3</sup>. No período inicial de sua carreira, o autor já percebia que adotar uma visão alternativa na análise econômica acarretaria conflitos com o pensamento econômico convencional, do qual o país estava dependente e que por isso não se atrevia a buscar soluções que fossem realmente compatíveis com a realidade brasileira. É nesse sentido que a CEPAL é fundamental na construção do seu pensamento, especificamente pela pessoa de Raúl Prebisch<sup>4</sup>, em que Furtado passa a captar a realidade histórica latino-americana a fim de identificar os seus problemas particulares e de elaborar um arcabouço teórico baseado nessa realidade. Tem-se aí, portanto, o vislumbre do método histórico-estrutural, o qual consiste em reunir, a partir da história, elementos estruturais da produção e reprodução de uma sociedade.

Para tanto, o autor analisa as reproduções econômicas no seu sentido estrutural, buscando a fundo as especificidades particulares à economia brasileira, não dando apenas ênfase ao lado da oferta, como foi o foco dos autores clássicos do desenvolvimento. A teoria do subdesenvolvimento de Furtado parte, então, tanto do rompimento tanto com a teoria clássica e seminal do desenvolvimento, quanto com a teoria neoclássica. E por teoria clássica do desenvolvimento, entende-se que se trata dos autores seminais da teoria do desenvolvimento econômico, como Nurkse (1969 [1953]) e Lewis (1969 [1954]). No nosso entendimento, tal perspectiva introdutória da discussão sobre o desenvolvimento econômico proposta por estes autores seria insuficiente em abranger a complexidade social e econômica dos países que ainda se viam em processo de transição para o capitalismo, isto é, de capitalismo tardio. Isso pode ser visto na medida em que essas contribuições excluem os problemas da dinâmica social e, por isso, não oferece pontos de partida para abordar o assunto, além de propor um tipo de “desenvolvimento equilibrado” e por etapas, que não se aplicava à realidade das economias latino-americanas.

E é a partir do método histórico-estrutural que Furtado busca entender as bases e condicionantes do subdesenvolvimento, ampliando seu horizonte de observação. Nesse sentido o autor elenca algumas questões norteadoras que o acompanharam em sua obra, a saber “Por que o Brasil acumulara tanto atraso? Que havia de errado com o Brasil, país de tantos recursos?” (Furtado, 1999, p. 72). No intuito de responder essas indagações, o autor enxergava a necessidade de se voltar para a história, para as estruturas sociais e para a incapacidade de as forças políticas formularem um projeto de nação. Em síntese, foi a partir do aprofundamento dos estudos das realidades históricas que Celso Furtado percebeu as peculiaridades da economia brasileira e latino-americana (Furtado, 1999, p. 73).

A contribuição cepalina é fundamental nesse sentido já que a vasta contribuição de Celso Furtado aponta para o fato de que o subdesenvolvimento não é uma etapa para o alcance do desenvolvimento econômico, pelo contrário, é tratado como uma condição

<sup>3</sup> Como por exemplo, a sua participação no Grupo Misto Cepal-BNDE e na diretoria da SUDENE.

<sup>4</sup> Furtado afirma que quando leu o trabalho de Prebisch pensou ter a “alavanca que estava precisando para remover as grandes resistências que enfrentamos no Brasil” (Furtado, 1992, p.10).

histórica (Furtado, 2009, p.148), que está ligada às estruturas econômicas e sociais construídas, não apenas na formação econômica interna, mas considerando também as dinâmicas impostas pelo capitalismo internacional. Seus estudos, identificados com os da CEPAL, também ampliaram as visões acerca da dependência externa, partindo da concepção centro-periferia, em que com a Revolução Industrial gestada na Europa, conformaria um centro dinâmico do capitalismo, enquanto as economias latino-americanas se inseriram de maneira periférica na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Essa relação também baliza a estrutura comercial caracterizada pela Deterioração dos Termos de Troca (DTT)<sup>5</sup>, e suas influências sobre a economia, além dos efeitos específicos da industrialização por meio do Processo de Substituição de Importações (Furtado, 1978a). Nessa primeira fase de seu pensamento, marcada pelo seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (2009[1961])*, o nosso autor sistematiza sua visão compartilhando da mesma perspectiva de desenvolvimento proposta pela CEPAL, na qual o desenvolvimento seria alcançado mediante um processo de industrialização com a liderança de um Estado autônomo e planejador. Em suma, acreditava-se que um país poderia alcançar o desenvolvimento por meio de um Estado autônomo que internaliza para si os centros de decisões, havendo a possibilidade, com isso, de se traçar caminhos e perspectivas de saída da condição de subdesenvolvimento por meio do mercado interno como centro dinâmico (Furtado, 2005).

Será o golpe militar o evento que demarca a percepção de desilusão de superação do subdesenvolvimento com tais estruturas de poder e a derrocada de certo otimismo do autor em relação ao alcance do desenvolvimento com orientação do Estado. Nas obras do autor referentes ao período de 1964 a 1989<sup>6</sup>, a variável política se sobressai e se destaca, se fazendo mais presente no sentido dos determinantes do subdesenvolvimento e em alternativas para sua superação, ou seja, constituindo fator preponderante em sua construção teórica. Após o golpe militar de 1964, Celso Furtado avança em sua teoria ampliando as suas concepções em relação ao subdesenvolvimento e as estruturas que o determinam. Inclusive, porque notou-se que, mesmo com o crescimento e a industrialização, as estruturas arcaicas persistiam, como a desigualdade e a concentração de renda. Com seu exílio, Furtado torna-se crítico e cético em relação ao desenvolvimento, ponderando pela tendência à estagnação, uma vez que as reformas necessárias não foram feitas e sua impossibilidade de concretização em um contexto autoritário. Dessa forma, Furtado aprofunda a compreensão de que o subdesenvolvimento também perpassa por decisões políticas que movem as decisões do Estado. Sendo assim, este seria influenciado pelas disputas e tensões entre classes, que num contexto de transnacionalização do

<sup>5</sup> A qual significa que a periferia importaria bens acabados, manufaturados, com maior valor agregado, enquanto exportariam produtos primários ou de menor valor agregado, o que implicaria em um problema crônico no Balanço de Pagamentos (BP), pela dificuldade de fazer frente às importações e, consequentemente, ter de lidar com escassez de divisas.

<sup>6</sup> Nesse período, destacam-se as obras *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1968); *ANÁLISE DO MODELO BRASILEIRO* (1972); *O mito do desenvolvimento econômico* (1974); *Não à recessão e ao desemprego* (1983); *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978).

capitalismo, corrobora para a dependência externa e diminuição do poder e autonomia política do Estado nacional em fruir em decisões que sejam compatíveis e condizentes com o interesse do desenvolvimento nacional.

Em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* ([1966] 1968), Furtado enxerga que estruturas sociais arcaicas, gestadas no processo de formação social nacional de sociedades subdesenvolvidas, são rígidas e impedem o progresso tecnológico de absorver excedentes de mão-de-obra e de gerar tensões sociais que pudessem gerar mudanças no processo de distribuição e uso da renda. A persistência de tais estruturas implicam no fato de que o crescimento e o desenvolvimento das forças produtivas ao longo das décadas conservaram o subemprego do fator de produção trabalho. Isto faz com que esse avanço do progresso técnico, a partir de base tecnológica do centro, gere instabilidade social e agravamento dos problemas e tensões sociais, por não superar os antagonismos historicamente formados. Portanto, o nível de emprego, tanto da mão de obra quanto do fator capital, perde importância relativa, por seu nível ser insuficiente para integrar o setor atrasado aos ganhos de produtividade. Dessa maneira, o avanço dos investimentos, mesmo que ocorra em uma economia subdesenvolvida, embora industrializada, não irá modificar estruturalmente, tanto no sentido econômico quanto no político, por ser heterogênea.

Em outras palavras o crescimento econômico implica, de forma estrutural, em concentração de renda que virá a debelar a demanda, ainda que possa vir a potencializar a produtividade do trabalho, gerando dinamismo. Isto é, a concentração estrutural da renda é fator determinante da debilidade da taxa e ritmo de acumulação, como também é a alternativa mais próxima para se contornar esse problema e gerar crescimento do produto. Pois bem, o crescimento gera concentração de renda e esta pode gerar dinamismo. O que se tem, mediante a isso, na nossa compreensão, é um crescimento mascarado de desigualdade e exclusão.

A nova contribuição de Furtado agora diz respeito ao fato de que os investimentos não se vinculam dinamicamente à economia local pelo fato de a renda não ser distribuída de maneira adequada, mediante decisões políticas. Ora, “(...) o comportamento de agregados econômicos está condicionado por parâmetros institucionais, cujo conhecimento exige um estudo específico da realidade social” (Furtado, 1968, p.52). Isso significa que o estudo do subdesenvolvimento deve partir, mediante o método histórico-estrutural, da história da formação não somente das estruturas econômicas, mas da sua relação com a constituição das estruturas de poder, construída pelas relações sociais. Com isso, há certa razoabilidade em se elaborar uma análise em que a heterogeneidade estrutural e o elemento político sejam apreendidos a partir de suas interações orgânicas refletidas no tecido social.

Tudo isso implica em problemas de instabilidade no plano social, levando o autor a compreender que esse processo está ligado ao marco político que corrobora para o subdesenvolvimento. Isso explica o porquê de mesmo a economia podendo auferir industrialização e crescimento expressivo, as estruturas subdesenvolvidas permanecerão já que estão sendo preservadas politicamente, haja vista as estruturas sociais e do sistema de poder historicamente formados. Pois, embora as modificações econômicas aconteçam,

essas não são acompanhadas por transformações sociais, do marco institucional e dos sistemas de poder. Isto, estruturalmente. Elucidando sinteticamente, nas palavras do autor,

Contrariamente a esse modelo, o marco institucional que prevalece na América Latina cria padrões de distribuição de renda responsáveis por formas de comportamento incompatíveis com a utilização mais racional dos recursos disponíveis, em função da maximização do produto global num horizonte de tempo definido. Existe um conflito entre interesses de grupos que controlam o processo de formação de capital e os da coletividade como um todo, sempre que se admite que esta última aspira a maximizar as possibilidades de bem-estar social. Como os referidos grupos econômicos também ocupam todas as posições estratégicas no sistema de poder, não é de admirar que os sinalizadores políticos se mostrem inadequados para registrar as tensões estruturais, e que os órgãos de decisão política careçam da necessária funcionalidade para promover oportunamente a remoção dos obstáculos ao desenvolvimento. O cerne do problema não está no comportamento dos agentes que tomam decisões econômicas, os quais podem muito bem pautar-se por estritos critérios de racionalidade, tanto em função dos meios que utilizam como dos seus legítimos objetivos. **Está nas relações estruturais que delimitam o campo dentro do qual as decisões relevantes são tomadas. É neste sentido que se pode atribuir ao problema da estagnação latino-americana um caráter estrutural** (Furtado, 1968, p. 88-89. Grifo nosso).

Será justamente o motivo político que irá configurar o obstáculo estrutural interno ao subdesenvolvimento. Depreende-se, assim, que a estagnação, que é estrutural, vislumbrada a totalidade do subdesenvolvimento – a qual requer olhar para as estruturas sociais de poder -, fora utilizada, na linha de raciocínio de nosso autor, para elencar os reflexos dessas estruturas que determinam um plano econômico pautado na exclusão, nas mais variadas formas de desigualdade por meio da concentração da renda.

Vislumbra-se, assim, uma espiral de estagnação tanto do crescimento quanto do desenvolvimento, porque o próprio Estado, mediante seu centro de decisão político é conivente com a estagnação do crescimento e do desenvolvimento. O desenvolvimento na nossa interpretação da teoria proposta por Furtado, é restringido pelas instituições e pelo *modus operandi* da política nacional, que não possuem condições de promover uma autêntica política de desenvolvimento que inclua as massas nos ganhos da acumulação. Dessa forma, não haveria condições viáveis para se assegurar a continuidade do desenvolvimento porque o Estado até poderia operar em prol do crescimento, mas isso implicaria em elevado custo social, conforme apontado dentro do esquema da estagnação.

De todo modo, a economia, fazendo parte das ciências sociais, de acordo com o autor, é um fenômeno social em formação e constantemente transformado pela sociedade. Em contrapartida, o subdesenvolvimento seria fruto de uma conformação social, confundida com atraso e pobreza (Furtado, 1992, p. 14), com marcado caráter político estrutural. O que se depreende, a partir dessa discussão, portanto, é que o conceito de subdesenvolvimento, que progrediu dentro da evolução do pensamento de Celso Furtado, é mais amplo do que o da CEPAL, que ficaram conhecidas e registradas na historiografia do desenvolvimento como a ‘contribuição cepalina’, ou a escola cepalina do desenvolvimento econômico.

### **3. A derrocada do desenvolvimento e a imprecisão do termo para o Brasil contemporâneo**

O debate sobre o tema do desenvolvimento no Brasil migrou para o tema da desigualdade, muito em função da crítica heterodoxa à concentração da renda, que a divulgação do Censo de 1970 lançou. O debate econômico brasileiro se desenvolveu nos anos 1970, em paralelo às ações dos governos militares, com destaque para a controvérsia da distribuição de renda que aflora com a divulgação do censo de 1970<sup>7</sup>. De qualquer maneira, a nossa hipótese é a de que a contextualização política da década de 1970 caminhou no sentido a sufocar o debate do subdesenvolvimento, tirando-o progressivamente do debate político.

O debate da desigualdade toma o centro das discussões pela sua relevância política, principalmente pelo esforço de justificativa e relativização que o governo militar fazia. A divulgação do censo ocorre nos primeiros anos da década de 1970. Os resultados relacionados à distribuição de renda mostravam aumento da concentração e da desigualdade, ao contrário do que se esperava politicamente, pelo ambiente conturbado e de contestação do regime militar. Houve receio na oficialidade do regime de que esses resultados pudessesem ofuscar politicamente o “milagre” na ditadura. Então, o desafio político dos militares passa a ser o de encontrar explicações que justificassem a piora na distribuição de renda, a fim de manter e preservar os modos de atuação e condução de política econômica que vinham sendo implementadas desde 1964 (Malta *et al.*, 2011).

Dos motivos que implicaram numa derrocada para a teoria do desenvolvimento, se somam, na contribuição teórica fornecida pelo Debate da Estagnação entre Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, a interpretação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil naquela quadra histórica referente ao “milagre” econômico, que estava longe de caracterizar estagnação do crescimento. Para Tavares e Serra (1971 [2000]), o momento de desaceleração econômica no período posterior ao Plano de Metas se deu por conta de problemas de demanda e de financiamento. Em relação à demanda os autores também exaltam a questão da concentração de renda e do consumo ficar restrito às classes mais elevadas em detrimento das classes médias. Já em relação ao financiamento, os custos se demonstravam como entrave para os novos projetos de investimento, bem como o sistema financeiro ainda precário (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 601). Esses aspectos formularam o que os autores chamaram de “tendência à desaceleração”, que viria ter seu quadro alterado a partir das reformas fiscal e financeira e pelo Plano de Ação Econômica do Governo, o PAEG, caracterizadas pelo arrocho salarial e o sufocamento das liberdades aos trabalhadores. E, seriam essas reformas que abririam caminho para um novo modelo de desenvolvimento, uma vez que estiveram voltadas para um reordenamento e reorganização do funcionamento da economia. Desse modo, se instauraria um novo padrão de acumulação e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que se caracterizaria por

<sup>7</sup> Marcada pelas obras de Langoni (1973) e a resposta dos críticos em obra de organização de Tolipan e Tinelli (1975), além de respostas, comentários e contribuições e Malan e Weels (1974) e Fishlow (1975).

ser concentrador de renda, desigual e dependente, como será mais bem abordado na próxima sessão. Por sua vez, nos parece que a estagnação para Furtado possui dimensões estruturais, o que conota perspectiva de sustentabilidade de crescimento de longo prazo, que seria inviável com as estruturas por ele abarcadas, incluídas as políticas. Ou seja, Celso Furtado não afirmou que não poderia haver crescimento econômico com um padrão de crescimento desigual e concentrador de renda. Na realidade, o autor afirma que este modelo é inclusive funcional para o seu crescimento.

É aí que se inaugura a controvérsia da distribuição de renda, que colocou em lados opostos economistas expoentes do governo militar, como Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto, e economistas críticos. De acordo com os expoentes da oficialidade, a desigualdade não traria uma impressão de piora do bem-estar, mas era vista como um elemento natural do processo de crescimento. O que se teve por parte dos economistas pró-ditadura foi uma espécie de manipulação dos argumentos para justificar um dado que visivelmente expunha as contradições daquele modelo de crescimento baseado em desigualdades, conforme expuseram os críticos em livro organizado por Tolipan e Tinelli (1975). De acordo com os críticos, de maneira resumida, os governistas buscavam relativizar o problema exposto pelos resultados, os levando a desmistificar e trazer uma resposta crítica à visão do governo.

Portanto, houve tentativa dos governos da ditadura em trazer o debate econômico para si, articulando os argumentos a seu favor, de maneira autoritária e impositiva, buscando estabelecer a sua visão de mundo e a sua narrativa como explicação ou teorização econômica nacional, como uma via de mão única e “neutra”, negando a popularização das discussões sobre a vida material da própria população. A exclusão e repressão política evidenciou-se no debate econômico. Debater o subdesenvolvimento não seria condizente com os objetivos da ditadura, uma vez que redundaria em exposição crítica das contradições do modelo de crescimento e de acumulação de capital, capitaneado e legitimado pelo regime, pautados estruturalmente na concentração de renda e nas desigualdades sociais. A discussão do subdesenvolvimento saía, assim, do debate público e político.

A passagem dos anos 1980 para os anos 1990 marcam a derrocada da ideologia do desenvolvimento, ou o desenvolvimentismo, inaugurada na década de 1950, que, em suma, enxergava que o desenvolvimento seria alcançado através de industrialização com ação do Estado como líder, orientador e planejador desse processo. O pensamento desenvolvimentista que respaldou políticas de industrialização até o início dos anos 1980, foi taxada de responsável pela crise e estagnação da economia brasileira nessa década. A década de 1980 foi marcada pela crise da dívida externa, que ocasionou uma piora nos termos de troca e, principalmente, transferência de recursos ao exterior por conta do pagamento da dívida, sacrificando o crescimento. A ruptura do padrão de financiamento externo das décadas anteriores se deu sob condições de retomada da hegemonia norte-americana que capitaneou um choque de juros. O contexto mundial foi marcado pela ascensão da livre mobilidade de capitais, da globalização e do aumento dos fluxos internacionais. Além disso, em um cenário de remodelamento do sistema financeiro

internacional, os países da periferia foram excluídos desse circuito, gerando a esses a restrição do financiamento. Esse processo implicou no esgotamento do padrão de crescimento e do dinamismo econômico verificado até então, tendo em vista a queda do investimento, aumento da incerteza e da ausência de um padrão de crescimento que fosse sustentado (Carneiro, 2002).

A inserção internacional da economia brasileira na década de 1990, por meio das reformas comerciais e monetária feitas nesse período, marcaram uma nova engrenagem macroeconômica. Não obstante, esse processo ocorreu em um contexto de globalização financeira, uma fase crucial da internacionalização do capital, cuja ideologia e referência geral de política econômica global é o neoliberalismo (Corrêa; Almeida Filho, 2002). Nesse sentido, por conta da globalização, da financeirização e da integração financeira mundial, foram estabelecidas engrenagens<sup>8</sup> econômicas no Brasil voltadas para a busca da estabilização econômica acompanhadas por baixo crescimento.

Mediante ao que foi colocado pode-se inferir que a crise da dívida, a crise fiscal e financeira do Estado Nacional nos anos 1980, o neoliberalismo nos anos 1990 contribuem para a derrocada do desenvolvimento de forma complementar a do período 1960/1970, em sentido estrutural. Essa colocação implica que as crises ocorridas nas décadas discutidas refletem uma dimensão estrutural do subdesenvolvimento. Isto é, mesmo com suas particularidades históricas ao decorrer das décadas, o subdesenvolvimento se manifesta em sua forma estruturante.

A partir de então, em contexto de emergência da globalização, da financeirização e do neoliberalismo, a teoria desenvolvimentista entrou em crise. Nesse cenário houve ascensão de políticas de abertura, desregulamentações e privatizações pautadas a partir do Consenso de Washington (Castelo, 2012). Tais políticas atuaram no sentido de promover diminuição da autonomia e aumento da dependência para com o centro hegemônico do capitalismo, que levaram a uma conjuntura de desemprego, estagnação econômica, aumento das desigualdades sociais, degradação ambiental, esvaziamento da função social do Estado, desestruturação produtiva e ampliação do hiato entre desenvolvimento e subdesenvolvimento (Sampaio Jr, 2012). De todo modo, esse período marcado pela tentativa de desenvolvimento associado expôs o antagonismo permanente entre dependência e desenvolvimento.

Com o fracasso anunciado do neoliberalismo e do desenvolvimento associado e com a ascensão de governos ditos progressistas na América Latina, as ideias desenvolvimentistas voltam à tona com uma roupagem contemporânea. Surge então o novo-desenvolvimentismo como alternativa ao neoliberalismo, se confundindo com as agendas econômicas dos governos Lula e Dilma. O termo novo-desenvolvimentismo surgiu em 2004 com um artigo de Bresser Pereira intitulado “*O novo-desenvolvimentismo*”, em

---

<sup>8</sup> Engrenagens essas pautadas em elevadas taxas de juros, um esforço notório para alcance de superávits primários por meio de ajustes fiscais. As consequências desse arcabouço foram o baixo crescimento econômico, o aumento da dependência do capital internacional e difícil reversão do esquema, dada a alta integração da economia aos mercados financeiros internacionais.

que destaca a necessidade de auferir um acordo social, uma coalizão da política nacional para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pautado no mercado e investimento privado, aliado a investimentos públicos em setores estratégicos. Castelo (2012) indica outra vertente do novo-desenvolvimentismo na figura dos estruturalistas keynesianos, os quais recomendam a busca de crescimento com equidade social como um projeto de superação do neoliberalismo. Pode-se caracterizar o novo-desenvolvimentismo, assim, como um conjunto de diretrizes políticas ideológicas e de políticas econômicas que objetivam assegurar crescimento econômico e, de certa forma, inclusão social, que de certa forma sintetizem as diretrizes de política econômica desse período.

São diversas as críticas que se enumeram para o novo-desenvolvimentismo, pois parece ser esvaziado de crítica para dar lugar a uma tecnocracia governamental (Castelo, 2012, p. 629). Portanto, comprehende-se que é uma perspectiva de gerência do desenvolvimento do capitalismo, sem dar atenção aos nuances políticos da luta de classes. Com isso, não foram rompidos, novamente as relações de dependência financeira, tecnológica, com as desigualdades em sentido estrutural, nem tampouco foram resolvidos os problemas da formação social, o que inclui a exclusão (Sampaio Jr., 2010). Ademais, há um descompasso do novo-desenvolvimentismo em sua estratégia de desenvolvimento e a análise de conjuntura do capitalismo contemporâneo, o que o coloca em xeque como via de alcance do desenvolvimento e visto com contornos de farsa contemporânea (Castelo, 2012, p. 622). De todo modo, o novo-desenvolvimentismo seria insuficiente para o alcance do desenvolvimento, já que não conseguiu capitanear transformações estruturais significativas na essência da política econômica, mas principalmente, em relação ao rompimento com os laços de dependência aprofundados nos anos 1990.

Posto tudo isso, fica nítida a impressão de limites desses modelos de crescimento ou de gerência econômica para elencar saídas para a superação do subdesenvolvimento. Seja por motivos teóricos, metodológicos e políticos, seja por motivos de esvaziamento e saída do debate da ordem do dia, nos parece que o debate ficou esvaziado do elemento de crítica à economia política e do próprio elemento político, da formação social brasileira e das estruturas de poder. Isto é, da interpretação do subdesenvolvimento. Nessa linha, Sampaio (2012) afirma que após a ditadura, a sociedade não resgatou a reflexão crítica sobre os desafios do desenvolvimento brasileiro. Portanto, parece pertinente levantarmos a hipótese de que o avanço do pensamento econômico brasileiro está inerte no debate econômico contemporâneo, já que a discussão do desenvolvimento se reduziu à gerência e avanço do capitalismo no país.

A inéria do debate do subdesenvolvimento, por seus diversos motivos, reflete a frustração em seu principal intuito de alcançar o desenvolvimento, o que abre um período de crise do pensamento econômico brasileiro no que se refere ao seu principal fio condutor. Posto tudo isso, a sua retomada se torna imprescindível num contexto atual em que as amarras do subdesenvolvimento brasileiro se fazem notar nas formas mais graves e aprofundadas, com ameaças civilizatórias expressivas. Questiona-se, portanto, se as categorias de desenvolvimento sugeridas por esses modelos de crescimento são capazes de realmente captar o real sentido de desenvolvimento para a nação. No entanto, nos parece

tácito que a ausência dessa discussão nos deixa em uma posição distante das transformações civilizatórias e estruturais necessárias, uma vez que essas não estão sendo pautadas no debate econômico, público e político. Então, parece-nos impreverível perguntar novamente: que desenvolvimento é esse que tanto se busca? Do que se trata o *real desenvolvimento*?

De qualquer maneira é improrrogável a necessidade de uma reavaliação da teoria do subdesenvolvimento em sentido estrutural, a fim de que se possa abrir um caminho para a sua recomposição, remodelando o debate que seja plenamente responsável com os interesses da coletividade. E, pode ser que a partir disso o pensamento econômico brasileiro comece a se levantar da posição de decadência. As obras de Furtado no decorrer da década de 1970 e na década de 1990 podem nos dar um norte sobre em que parâmetros retomar e avançar nesse debate.

#### **4. Um norte para a retomada da discussão do subdesenvolvimento no Brasil contemporâneo**

Como vimos, atualmente não há um conteúdo ou parâmetro que defina o que faz um país ser desenvolvido, ou que explique a capacidade de alcance do *real* desenvolvimento. Ganhou importância histórica a terminologia do Banco Mundial de que grande parte da periferia do capitalismo estava “em desenvolvimento”, além dos diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sugeridos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entretanto, o conceito de desenvolvimento nos parece estar difuso na teoria e no debate econômico, por não ser pautado em termos estruturantes. Se utilizássemos o conceito de subdesenvolvimento de Furtado no Brasil contemporâneo a conclusão seria inequívoca: a economia e sociedade caracterizam-se como subdesenvolvidas. O assunto condutor da obra de Celso Furtado é o subdesenvolvimento, embora o próprio debate sobre o desenvolvimento tenha começado a se desviar desse tema. É possível perceber o avanço das concepções de Furtado sobre subdesenvolvimento dentro do próprio nível estrutural, como em sua perspectiva sobre a dependência, com a categorização do processo de modernização, e sua relação com o mimetismo cultural; com aspectos políticos do desenvolvimento; e até com a ideia do desenvolvimento como um mito, levando o autor a se questionar sobre o que de fato seria a superação do subdesenvolvimento, se é que isso poderia ser possível. De todo modo, percebe-se uma recolocação da forma de se enxergar o desenvolvimento e um ceticismo latente acerca do seu alcance da maneira que vinha sendo posto. A fim de retomar o debate do subdesenvolvimento brasileiro em termos estruturais, percebemos, através de sua construção e evolução teórica, que Celso Furtado enxergava, já nos anos 1970, uma delimitação do conceito de desenvolvimento que se propagava, mas que hoje, como visto, está indefinido. O desenvolvimento, na realidade, deve ser visto como um Mito. E essa contribuição também é uma sugestão de que a análise do desenvolvimento precisa se dar em parâmetros que vão além da compreensão da dinâmica e avanço da acumulação de capital no país.

Aprofundando sua análise histórico-estrutural, com tal processo histórico e estruturas características do subdesenvolvimento, a industrialização e ampliação do parque produtivo nacional não seriam capazes de gerar desenvolvimento. Este seria apenas capaz de gerar *modernização*, que consiste na assimilação do progresso técnico com os padrões de consumo, que se elevariam, mas, que são incompatíveis com o nível de renda e com a estrutura produtiva do país (Furtado, 1974). O que se depreende a partir da modernização é que o avanço industrial, o crescimento econômico do capitalismo na periferia traria consigo elevação nos padrões de consumo, que só viriam a ser desfrutados por uma parcela minoritária e privilegiada da população. Assim, o processo de avanço tecnológico e econômico pressupõe a exclusão social, uma vez que a modernização se deve a um fenômeno que molda um determinado padrão de consumo de uma pequena parcela da população que, por sua vez, impõe duros esforços ao conjunto da sociedade e da economia.

A conclusão que se tira a partir desta categoria é que tal modernização dos padrões de consumo e da assimilação tecnológica é fundamental para o avanço do capitalismo e da acumulação de capital na periferia. No entanto, ressalvas precisam ser feitas sobre as interações entre o “setor moderno” e as estruturas subdesenvolvidas que permitem avanço do capitalismo na sociedade. A exclusão e a dependência restringem a própria difusão do progresso técnico, recolocando o problema da heterogeneidade estrutural. O que pode ser extraído dessa categorização é que os elementos que simbolizam a modernização, no sentido positivista do termo, são justamente aqueles que restringem a capacidade de superação do subdesenvolvimento. Em suma, a modernização, elemento estrutural do funcionamento e avanço econômico, interage de maneira orgânica com a exclusão imposta de maneira sistêmica. Reafirma-se, portanto, que o próprio subdesenvolvimento implica em avanço econômico, em desenvolvimento do capitalismo no país, e vice-versa, mas, com limitações em sentido estrutural. O desenvolvimento pode até ocorrer nestes moldes, todavia é hostil. Na totalidade, percebe-se que a modernização que preserva o subdesenvolvimento advém da própria dinâmica do capitalismo na periferia.

Em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) o autor, já no prefácio, demonstra preocupação com a negligência dos estudos do desenvolvimento a partir da acumulação do capital com o contexto social e o plano cultural. E, esmiuçando seus determinantes, agrupa elementos que condicionam o processo de reprodução da vida e formação social, em que o progresso técnico e dos padrões de consumo não são articulados com os níveis de acumulação. A preocupação inicial do nosso autor se refere à negligência em relação ao aspecto cultural do desenvolvimento, tendo em vista que as diversas teorias do desenvolvimento teriam se atentado tão somente à universalização do processo de desenvolvimento econômico, sem se atentar às transformações que este mesmo causa no tecido social. Mais que isso, abre-se a questão sobre “que opções se apresentam aos países subdesenvolvidos com as [então] atuais tendências do capitalismo?” (Furtado, 1974, p.16-21). As respostas se encontravam novamente na história, vista a organicidade do centro com a periferia ter se dado de forma a impor a esta condições de DTT e de atraso na assimilação tecnológica. Esse aspecto da dependência, mais uma vez, evidencia que o

desenvolvimento, tal qual convencionado pelas teorias do desenvolvimento, dentre elas a CEPAL, era duvidoso.

A conclusão central de Furtado a partir de tudo isso que foi posto é a de que o desenvolvimento é um mito, já que ele pressupõe um caminho igualitário que ultrapassa a linha demarcatória do desenvolvimento, o que não é possível em um capitalismo que exige exclusão, desigualdade, dependência e concentração de renda. E essas formas de desigualdade estão imbricadas com as estruturas conformadas pela dependência, chave para a modernização, já que “a dimensão relativa do excedente apropriado pelos grupos privilegiados reflete a pressão gerada pelo processo de modernização” (Furtado, 1974, p.82). Nesse sentido, segundo o autor,

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada será a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá de aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravamento tanto da dependência externa como da exploração interna. Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais. Em conclusão: o subdesenvolvimento deve ser entendido como um processo, vale dizer, como um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo. Por seu intermédio o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo sem comprometer as estruturas sociais pré-existentes nessas áreas (...) é mesmo possível que ele seja inerente ao sistema capitalista; isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre subsistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento (Furtado, 1974, p.94).

A partir dessa perspectiva, podemos demarcar a civilização industrial periférica como culturalmente dependente da civilização industrial do centro do capitalismo, no que se refere aos padrões de consumo, ou seja, do que será consumido pela população. Para além disto, depreende-se que a inserção periférica na DIT não apenas gera entraves para o sistema econômico, mas potencializa questões civilizatórias e problemas culturais, que transbordam na ausência de autodeterminação cultural, isto é, da própria civilização. Celso Furtado avança nesse raciocínio, complementando melhor com uma visão ampliada sobre este tema em *Criatividade e Dependência da Civilização Industrial*, de 1978. Segundo ele, na visão de mundo que baliza e domina uma civilização, uma visão cultural e política importada, que se baseia em uma perspectiva unidirecional do sistema de produção, é desfavorável para uma autêntica consciência cultural e política (Furtado, 1978b, p.176). Isto implica na circunscrição do projeto nacional, ou da aspiração autônoma, a mera adaptação de uma forma de vida. Assim, no que tange à mimerização dos padrões de consumo, o que é consumido carece de vinculação, de nexos profundos com a sua própria personalidade (Furtado, 1978b, p. 84,85).

E esta é uma estrutura fundamental para a compreensão do subdesenvolvimento. Percebe-se, assim, que nessa fase de sua contribuição teórica, o autor transcende as questões econômicas do subdesenvolvimento, ainda que em sentido estrutural, através da influência do desenvolvimento da acumulação sobre os processos civilizatórios e

consequências no marco cultural. Esse novo aparato marca uma virada de chave na construção do pensamento do nosso autor que pode ser sintetizada na busca pela compreensão e notável preocupação dos meandros e das consequências civilizatórias do processo de subdesenvolvimento.

Nesse sentido, percebe-se uma preocupação do autor com essa civilização, cujo acesso é privilégio de uma minoria e que seu custo é a tendência para a degradação social e ambiental, bem como o risco de sobrevivência para uma periferia que anseia ser similar ao centro. Em suma, a preocupação do desenvolvimento também precisa passar pela preocupação civilizatória e com a vida. Pois, pelo outro lado, o desenvolvimento, que é uma ilusão distante, serviria apenas para a dominação da periferia pelo centro do capitalismo; e que o subdesenvolvimento pode ser entendido como processo pelo qual o capitalismo se expande, juntamente com suas contradições, desigualdades e exploração social (Furtado, 1974, p. 75-76; 94).

Então, parece-nos lícito indagar qual é o desenvolvimento que queremos alcançar, e que hipoteticamente perpassaria pela tensão social através da ação política dos excluídos.

Não há dúvida de que as grandes empresas enfeixam um considerável poder no plano social, pois controlam as formas de invenção mais poderosas, que são aquelas fundadas na técnica e no controle do aparelho de produção. Mas quando a sociedade, ou segmentos desta reage à asfixia criada pelo uso desse poder, as ondas que se levantam repercutem nas estruturas do Estado, de onde ocasionalmente partem iniciativas corretivas (...) uma representatividade mais efetiva dos distintos aspectos da sociedade civil capacitaria o poder político para exercer o papel de diretor da vida social que se faz cada vez mais necessário. Se a evolução se realiza nessa direção, é de admitir que surjam tensões entre Estados nacionais e grandes empresas, tensões essas que passarão a ser importante fator na transformação do sistema em seu conjunto: elas poderão agravar-se e abrir brechas capazes de acarretar mudanças qualitativas reorientadoras de todo o processo evolutivo (Furtado, 1974, p.57).

O vislumbre de autodeterminação cultural que poderia ser capaz de engendrar as transformações necessárias em prol de uma alternativa civilizatória, a fim de uma sociedade mais justa, perpassa pela tensão social capitaneada pelos atores políticos. Seria essa pressão que poderia fornecer ao Estado, como aglutinador dos interesses nacionais, o papel de dirigente dos rumos autônomos, blindados das hostilidades trazidos pela dependência. Assim como nos escritos de 1966 (1968), Furtado continua a enxergar o fator político e a transformação das estruturas de poder como modificação estrutural básica e chave para superação das estruturas subdesenvolvidas. Mas, agora com sua centralidade para assegurar algum tipo de decência civilizatória em contexto de modernização e mimetismo cultural. Precisaria, para isso, de uma identificação nacional, na necessidade de aglutinar objetivos coletivo, no sentido de que as “preocupações tenderiam a focalizar-se no plano da ação política”, o que perpassaria pelo plano da cultura (Furtado, 1974, p.58).

Em fim de vida, no final dos anos 1990, Celso Furtado, em *O longo Amanhecer* de 1999, expõe suas preocupações com um futuro ainda incerto, assim como com um amanhecer que demora a chegar. O que nos chama a atenção nesse livro é a compreensão do subdesenvolvimento no Brasil contemporâneo, em que sobressai a lógica “racional” de

maximização da alocação de recursos escassos e de um capitalismo orientado pelas empresas transnacionais, em que há sobreposição da normativa mercadológica em detrimento da coletividade, a qual “escapa a percepção dos valores que cimentam as nacionalidades” levando ao “enfraquecimento da coesão comunitária” (Furtado, 1999, p. 14-18). O que deveria ser feito nesse cenário seria um conjunto de reformas estruturais para recuperar o processo de construção nacional, com medidas para diminuir a concentração patrimonial, além de resolver o problema da fome, do acesso à moradia, habitação e à terra<sup>9</sup>, que poriam fim à estabilidade do sistema de dominação social do latifúndio (Furtado, 1999, p. 61). Em síntese, seriam medidas em prol da resolução de problemas estruturais que fundamentam a concentração de renda, miséria e a pobreza. Além disso, destaca-se a necessidade da preservação da cultura e instituições nacionais que ainda afirmam laços civilizatórios e solidários.

E a solução desses problemas é de natureza política (Furtado, 1999, p. 32), isto é, a perseguição pelo desenvolvimento depende de enfrentamento a questões estruturais, principalmente no campo social, que exigem amplo espaço para ação política. “Tem de haver vontade política orientada por um projeto” (Furtado, 1999. P. 36-37), que nesse momento parece ser mais uma tentativa de retomada do processo de construção, de formação econômica nacional, caso compreendamos, baseados nessas ideias do autor, que o desenvolvimento pode ser visto mediante a esse parâmetro. De qualquer maneira, o autor finca novamente sua percepção de centralidade do aspecto político para o desenvolvimento, ao afirmar que percebeu durante sua trajetória que “os problemas mais graves não são os de natureza econômica, e sim social, ligados às estruturas de poder” (Furtado, 1999, p.81). A superação do subdesenvolvimento é política.

O esforço para superar o subdesenvolvimento constitui quadro distinto, dado que as importantes modificações estruturais requeridas não se fazem sem um projeto político espessoado por amplos segmentos sociais (...) pois a luta contra o subdesenvolvimento não se faz sem contrariar interesses e ferir preconceitos ideológicos. O subdesenvolvimento, como o deus Jano, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a uma catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa (Furtado, 1992, p.57).

Dessa maneira, apresenta-se um impasse diante da formação brasileira como um projeto de país, que poderia ser sintetizado na busca por uma reconstrução do sistema nacional no Brasil contemporâneo (nos aspectos econômico, cultural e civilizatório), ou o comodismo sistêmico com tendência a crises e elevação dos custos sociais com o desenvolvimento desse tipo de capitalismo periférico. Com tudo isso, nosso autor não apenas passa a questionar os limites do desenvolvimento como também a perspectiva de futuro, já que “o sonho de construir um país tropical capaz de influir no destino da humanidade ter-se-á desvanecido” (Furtado, 1999, p. 43). O subdesenvolvimento passa,

---

<sup>9</sup> O autor relembra que o subdesenvolvimento também é condicionado por uma situação de pobreza originada na falta de acesso à terra e à moradia (Furtado, 1999, p. 33).

assim, a ganhar contornos de “conformação estrutural que bloqueia a passagem do crescimento para o desenvolvimento” (Furtado, 1992, p. 47).

De qualquer maneira, o debate sobre o subdesenvolvimento avança em seus contornos civilizatórios, para além da acumulação de capital. O próprio conceito de desenvolvimento, na nossa interpretação, se altera para um rumo que agora não parece ser tão explícito, palpável ou factível como as teorias do desenvolvimento enxergam. O desenvolvimento, dessa forma, deve ser analisado em outros termos que não sejam aqueles apregoados a partir de uma suposta solidariedade internacional pela DIT, como um sinônimo de alcance da civilização industrial, tal como alcançada pelos países tidos como desenvolvidos, tal qual os teóricos do desenvolvimento associado propuseram.

A análise e estudo do desenvolvimento para além da acumulação parece ser um terreno ainda a ser explorado, inclusive se considerarmos as hostilidades contra o regime democrático brasileiro nos últimos anos. Inclusive por que, de acordo com Celso Furtado (1978b, p.124), “a luta contra a dependência não é suficiente para o desenvolvimento, mas deve ser acompanhada da liberação da capacidade criadora de um povo”. No entanto, em um contexto autoritário com restrições às construções democráticas e populares, as forças sociais são reprimidas e a dependência cultural não é capaz de canalizá-las de maneira construtiva para a ação. As restrições à democracia limitam a afirmação política da criatividade social, frustrando o real desenvolvimento.

O que Furtado nos sugere, a partir desse avanço de seu pensamento, e que parece ser negligenciado do debate do subdesenvolvimento, inclusive nos meandros heterodoxos e críticos do pensamento brasileiro, é que o estudo do subdesenvolvimento deve abarcar os elementos culturais e civilizatórios da nação. Isso significa que devemos transpassar a abstração teórica do debate para além do aspecto econômico, que, como apontado, indica como se desenvolve o processo da acumulação de capital no Brasil: de maneira subdesenvolvida, à mercê da reprodução e avanço do desenvolvimento do capitalismo, que requer o próprio avanço do subdesenvolvimento.

## Conclusão

Ao formular o subdesenvolvimento como característica estrutural, Celso Furtado avança em sua teoria agregando as categorias da modernização, do aspecto político e do mimetismo cultural. Mediante elas, sugere que as anomalias causadas pelo subdesenvolvimento são apenas expressões de uma dinâmica econômica, do avanço do capitalismo periférico, que ocorre de maneira dependente. O que condiciona o subdesenvolvimento, a saber, o dualismo, a concentração de renda, as estruturas de poder arcaicas, a dependência, a modernização e o mimetismo cultural, são os elementos pelos quais o sistema econômico periférico aufere dinamismo. No entanto, este dinamismo apresenta limites, pois a gama de descontinuidades para a acumulação que tais estruturas confluem, por simbolizarem a modernização, no sentido positivista do termo, elas restringem a capacidade de superação do subdesenvolvimento.

Fica claro, assim, como que o desenvolvimento, em seu sentido “místico” e positivista, seja considerado pelo autor um mito. Essa perspectiva positivista de desenvolvimento, de acordo com Furtado, carrega consigo uma ilusão e misticismo que não condiz com os contextos históricos dos países periféricos. Essa promessa de desenvolvimento, absorvendo a civilização industrial de maneira periférica, acabaria por intensificar as heterogeneidades sociais, em que o dinamismo econômico pudesse caminhar com a miséria, além de pressionar as massas trabalhadoras, agravando as desigualdades.

O desenvolvimento reproduz os elementos que configuram o subdesenvolvimento. É, assim, ao nosso ver, paradoxal por necessitar de subdesenvolvimento para que o crescimento econômico ocorra. Celso Furtado propõe, portanto, a articulação entre cultura e política, no sentido de que a ação política poderia canalizar o potencial criativo das massas populares, manifestando-se nos planos institucionais. Este seria um novo modelo de desenvolvimento: um novo olhar sobre o tema que ultrapassaria o reducionismo da acumulação de capital, buscando autodeterminação cultural visando a política.

Nesta linha de argumentação, abre-se uma agenda de pesquisa. Ficam nítidos os limites das teorias do desenvolvimento, que partem da busca pela progressiva acumulação de capital, mesmo enxergando que ela é hostil. Para tanto, é preciso evitar as digressões teóricas que se furtam à crítica da economia política, do aspecto político, da formação social brasileira, das estruturas de poder e do Estado. Entendemos que o debate do desenvolvimento precisa vencer uma posição secundária e alcançar um plano prioritário. Isto significa voltar à ordem do dia, mas em outros moldes, que superem os limites teóricos anteriores, ou que ao menos se voltem para o sentido estrutural e da leitura baseada na crítica à Economia Política. Tornou-se evidente a necessidade de uma reavaliação da teoria do subdesenvolvimento, remodelando o debate de maneira que seja plenamente compatível com os interesses da coletividade, buscando garantir meios de alcance civilizatórios para sobrevivência em um Brasil contemporâneo permeado pelas hostilidades advindas do desenvolvimento de um capitalismo periférico e dependente.

Em carta enviada a Francisco de Oliveira, datada de janeiro de 2000, Celso Furtado lhe fornece um conselho que parece digno de ser estendido a todos e todas que se propõem a essa tarefa ingrata, porém nobre, que é pensar o Brasil. Por fim, “Permito-lhe sugerir que amplie as suas reflexões sobre a teoria do subdesenvolvimento, tema que é praticamente ignorado entre nós como objeto de estudo teórico e que está a merecer urgente atenção” (Furtado, 2021, p. 128).

## Referências

- ALMEIDA FILHO, N. Notas sobre as implicações da natureza do processo de transição ao capitalismo no Brasil para a reprodução da condição de dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n.59 – ed. especial/mai-jun 2021 p. 136-15.
- \_\_\_\_\_. **Comissões econômicas da ONU: a especificidade da CEPAL**. Texto para discussão. Mimeo. IERI: Uberlândia, 2019.
- \_\_\_\_\_. Conceitos de Padrão de Acumulação, Industrialização e Desenvolvimento. **Economia-Ensaio**, v. 8, n. 1, p. 3-18, 1993.
- BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, v. 1, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **O novo desenvolvimentismo**. Folha de São Paulo, 2004. <https://doi.org/10.18356/d651821d-en>
- CARNEIRO, R. **Desenvolvimento e Crise: A economia brasileira no último quarto do século XX**. Campinas: Editoras UNESP e UNICAMP, 2002.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n.112, p. 613-636, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400002>
- CORRÊA, V. P.; ALMEIDA FILHO, N. Engrenagem Macroeconômica: Inserção Subordinada e Custos de Reversão da Economia Brasileira. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 17, n. 1, p. 103-135, 2008. <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1265>
- COUTINHO, M. C. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, de Celso Furtado. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, n. 3, p. 448-474, 2015. <https://doi.org/10.1590/198055271935>.
- \_\_\_\_\_. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 28, n.3 (67) p. 741-759, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art06>
- FIORI, J. L. A miséria do “novo desenvolvimentismo”. **Carta Maior**, v. 30, 2011.
- FISHLOW, A. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, C. (Orgs.) **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 159-189, 1975.
- FONSECA, P. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

- FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Editora Fundo de Cultura: Rio de Janeiro. Segunda edição, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 3ed. 1968.
- \_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. **A Economia Latino-Americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2ed. 1978a.
- \_\_\_\_\_. **Criatividade e Dependência na civilização Industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978b.
- \_\_\_\_\_. **O Brasil pós-“milagre”**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32<sup>a</sup> edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Correspondência intelectual - 1949-2004**. Seleção, introdução e notas Rosa Freire d' Aguiar; posfácio Luiz Felipe de Alencastro. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- LANGONI, G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LEWIS, W. A. (1969 [1954]). O Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N; SINGH, S. P. [Orgs.] (1969). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, p. 406-432.
- MALAN, P.; WELLS, J. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.) **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 241-262, 1975.

MALTA, M. M.; CASTELO BRANCO, R.; ROCHA, M. A.; BORJA, B.; BIELSCHOWSKY, P. A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In: MALTA, M. (Org.). **Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA - Centro Celso Furtado, p. 23-52, 2011.

\_\_\_\_\_; CURTY, C. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. In: MALTA, M.; LÉON, J.; CURTY, C.; BORJA, B. (Orgs.). **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

NURKSE, R. (1969 [1953]). Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. N; SINGH, S. P. [eds.] (1969). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, p. 263-277.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

SALM, C. O debate sobre a tendência à estagnação. In: MALTA, M. M. (Org.) **Ecos do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vivemos um processo de reversão neocolonial**. IHU Online, n. 392, 2012. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao392.pdf>>. Acesso em: ago 2023.

TAVARES, M. da C. (1963). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2<sup>a</sup> ed., 1973.

\_\_\_\_\_; SERRA, J. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, p. 589-608, 2000.

TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.). **A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

VIEIRA, W. Subdesenvolvimento e dependência: uma análise do pensamento de Celso Furtado e sua aproximação com a teoria da dependência. In: MALTA, M.; LÉON, J.; CURTY, C.; BORJA, B. (Orgs.). **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.